



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001103-77.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços (órgão participante) - Pregão Eletrônico nº 22/2022- JFPE - Ata de Registro de Preços nº 14/2022 - Aquisição de equipamentos de microinformática (notebooks, monitores e headset).

DESPACHO Nº 1212 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, com a finalidade de adquirir equipamentos de microinformática (notebooks, monitores e headset), via adesão à **ata de registro de preços - ARP n. 14/2022** (1040068) gerenciada pela Justiça Federal de Pernambuco, cujo certame foi vencido pela empresa Dell Computadores do Brasil LTDA, CNPJ nº 72.381.189/00010-01.

Este Tribunal, mediante Ofício n. 1/2023- PRES/DG/STIC/NATCTIC (1022553), manifestou interesse à empresa Dell Computadores do Brasil LTDA, contratada pela Justiça Federal de Pernambuco, em fazer uso da **ata de registro de preços N.º 14/2022 - Pregão Eletrônico nº 22/2022 SRP**, nos termos do artigo 22 do Decreto 7.892/2013, com o fim de adquirir, nas condições e especificações contidas na ata, os itens 01, 02, 03 e 04 do referido edital.

Houve o aceite da empresa Dell Computadores do Brasil LTDA (1033483) em fornecer os equipamentos em quantitativos solicitados por este Regional e a aceitação da Justiça Federal de Pernambuco como órgão gerenciador no sistema Comprasnet (1040061).

Para instruir o feito, foram juntados os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 22/2022- JFPE: **a)** Aviso de Licitação publicado no DOU (1041325); **b)** Edital do Pregão Eletrônico n. 22/2022 e seus Anexos (1040064); **c)** Termo de Homologação do respectivo pregão eletrônico (1040066); **d)** Ata de registro de preços com vigência até **19/10/2023** (1040068); **e)** Certidão do SICAF acerca da regularidade da empresa (1040074); **f)** Atestados de capacidade técnica (1071644); **g)** Pesquisas de Preços (1040086, 1040088 e 1040089); **h)** Contrato firmado pelo órgão gerenciador (1072296).

No âmbito deste Tribunal, para atender os requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 182/2013, foram juntados os seguintes documentos: Documento de Oficialização da Demanda de TIC (1040103); Termo informando a composição da equipe de planejamento da contratação (1070358); Estudo Técnico Preliminar (1040356); Mapa de gestão de riscos (1070374); Informação

Conclusiva sobre o valor estimado (1071825); Termo de Referência n. 05/2023-PRES/DG/STIC/NATCTIC (1043648).

Em cumprimento ao §1º do art. 13 da Resolução CNJ n. 182/2013, o Secretário da STIC aprovou os documentos supramencionados (1070446).

A SAOFC remeteu o feito, concomitantemente: à **SAC**, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, juntado aos autos pela unidade requisitante; à COFC, para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para realização de controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação pretendida (1070506).

Após a análise inicial do Termo de Referência n. 05/2023-PRES/DG/STIC/NATCTIC (1043648), a Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência, verificou que o referido TR, complementado pelos documentos que compõem os estudos preliminares e as pesquisas de preços juntadas ao processo (sistematizadas na Informação Conclusiva, evento 1041369), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 (1071503).

Em seguida, juntou-se a Programação Orçamentária no valor de R\$ 1.992.513,00 (um milhão, novecentos e noventa e dois mil quinhentos e treze reais) para custear a despesa (1071903), informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (Proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº 0000150-50.2022.6.22.8000).

A SECONT, em resposta ao Despacho n. 2363/2023-GABSAOFC (1070506), registra que, neste caso, não há necessidade de elaboração de minuta de instrumento de contrato, considerando que se trata de contratação por meio de adesão à Ata de Registro de Preços 14/2022 da Justiça Federal em Pernambuco - JFPE, decorrente do Pregão Eletrônico 22/2022/JFPE, motivo pelo qual o instrumento de contrato a ser lavrado pelo TRE-RO seguirá o mesmo teor do instrumento de contrato estabelecido pela JFPE. Na sequência, remeteu os autos à AJSAOFC (1071887).

Instada, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 227/2023 (1072348), no qual opinou, em síntese, que a Administração poderá autorizar a adesão deste órgão à Ata de Registro de Preços - ARP n. 14/2022 (1040068) gerenciada pela Justiça Federal de Pernambuco com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008 e art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18. Com relação ao contrato, conforme informado pela Seção de Contratos (1071887) não haverá necessidade de elaboração de minuta do instrumento nesta fase do processo. Contudo, caso autorizada a contratação, deverá ser celebrado contrato com a compromissária com idêntico teor do instrumento estabelecido pela órgão gerenciador - JFPE (1072296), sendo, ainda, dispensada sua análise pela Assessoria Jurídica, na forma da Orientação Normativa AGU nº 07, de 03 de dezembro de 2020.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da

contratação mediante adesão deste órgão à este órgão à Ata de Registro de Preços - ARP n. 14/2022 (1040068), gerenciada pela Justiça Federal de Pernambuco, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008 e art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18, cuja signatária é a empresa Dell Computadores do Brasil LTDA, CNPJ nº 72.381.189/00010-01; pela autorização para emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 1.992.513,00 (um milhão novecentos e noventa e dois mil quinhentos e treze reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa, para aquisição de notebooks e kits produtividade com garantia de 60 (sessenta) meses por meio de adesão à ARP nº 14/2022 da Justiça Federal de Pernambuco, em favor da empresa Dell Computadores do Brasil LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.381.189/00010-01; pela publicação do extrato de instrumento contratual no DJE e no DOU, em respeito ao princípio da publicidade, conforme precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário (Manifestação n. 444/2023 - evento 1072524).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, ressalta-se que a contratação do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 14/2022 encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Ademais, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013, cujos efeitos foram restabelecidos pela Resolução CNJ n. 480/2022, de 16 de novembro de 2022.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação pleiteada, para manutenção das demandas deste Tribunal, tendo-se em vista a imprescindibilidade de se recompor o parque de equipamentos de TIC do TRE-RO, retirando do uso aqueles que já alcançaram ou estão na iminência da obsolescência técnica; adequar o parque de equipamentos aos requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pelo CNJ na Resolução nº 211/2015; reduzir tempo dos processos de trabalho; e melhorar a qualidade dos serviços suportados.

Nessa esteira, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos na legislação pertinente (Decreto n. 7.892/2013), elencados no § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008. De acordo com os documentos juntados ao processo, verifica-se a inserção de todas as informações tidas como essenciais à instrução do feito, além das devidas justificativas técnicas inseridas no Termo de Referência n. 05/2023-PRES/DG/STIC/NATCTIC (1043648).

Observa-se, ainda o cumprimento do requisito do limite da quantidade de 50% para a adesão em relação aos quantitativos dos itens registrados na ARP, determinado pelo art. 22, § 3º, do decreto citado e demonstrado no item 5 do Termo de Referência em análise. Desta forma, a adesão pretendida poderá ser levada a cabo, uma vez que também há anuência do órgão gerenciador (1040061), bem como da empresa detentora da

ARP (1033483).

No caso em análise, o prazo de validade da Ata de Registro de Preços - ARP n. 14/2022 (1040068) gerenciada pela Justiça Federal de Pernambuco é estabelecido pelo item 4.3 em 12 (doze) meses, sem possibilidade de prorrogação, a partir de sua assinatura eletrônica, **que ocorreu em 19/10/2022** (1040068). Portanto, está dentro do prazo de vigência, embora na iminência de seu encerramento.

Convém destacar ainda que, na eventualidade de aplicação de sanções à futura contratada, deverão ser observadas as sanções descritas no Edital do Pregão Eletrônico n. 22/2022 e seus Anexos e também reproduzidas na **CLÁUSULA DÉCIMA** do futuro contrato que regulará a relação das partes (1072296).

Verifica-se, também, que a equipe de planejamento não descuidou da verificação da vantajosidade da estratégia para a contratação pretendida, conforme justificado no Termo de Referência, mediante pesquisa de preços do objeto pretendido por meio de consulta às contratações da Administração Pública, que comprovaram que os preços da ARP indicada são inferiores ao valor médio estimado. Logo, são compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pelos elementos que constam da Informação conclusiva de valor estimado (1071825).

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pela AJSAOFC no Parecer Jurídico n. 227/2023 (1072348), não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária (1071903), no valor de R\$ 1.992.513,00 (um milhão, novecentos e noventa e dois mil quinhentos e treze reais) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à ARP - Ata de Registro de Preços nº 14/2022, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO nº 66/2018:

1 - autorizo a **contratação mediante adesão deste órgão à Ata de Registro de Preços - ARP n. 14/2022** (1040068), gerenciada pela Justiça Federal de Pernambuco, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008 e art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18, cuja signatária é a empresa Dell Computadores do Brasil LTDA, CNPJ nº 72.381.189/00010-01;

2 - autorizo a **emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 1.992.513,00** (um milhão novecentos e noventa e dois mil quinhentos e treze reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa, para aquisição de notebooks e kits produtividade com garantia de 60 (sessenta) meses por meio de adesão à ARP nº 14/2022 da Justiça Federal de Pernambuco, em favor da empresa Dell Computadores do Brasil LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.381.189/00010-01;

3 - determino a **publicação do extrato de instrumento contratual no DJE e no DOU**, em respeito ao princípio da publicidade, conforme precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-**

Plenário.

À **SAOFC**, com apoio da **STIC**, para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida, observando-se os prazos estabelecidos no referido certame.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 14/10/2023, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1072702** e o código CRC **095C1A25**.

0001103-77.2023.6.22.8000

1072702v30